

# A PERSPECTIVAÇÃO CONCEPTUAL DE ESCRAVO EM ANÚNCIOS DE UM JORNAL DO SÉCULO XIX

*Luciel Pereira de Jesus* (UNEB)

[luciel.pereira@adventista.edu.br](mailto:luciel.pereira@adventista.edu.br)

*Elisângela Santana dos Santos* (UNEB)

[elisangelasantana2008@gmail.com](mailto:elisangelasantana2008@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo discute o aparato teórico que emoldura a compreensão acerca da Conceptualização e Perspectivação, tal como abordam George Lakoff (LAKOFF; JOHNSON (1980), Lakoff (1987), Langacker (1987, 2008), Talmy (1988, 2000), Silva (2008), Croft (2012), dentre outros pesquisadores da LC. Esta pesquisa trata-se de um recorte da qualificação de Mestrado, cuja dissertação se encontra em elaboração. É um estudo de natureza qualitativa, que visa a mapear os domínios conceituais subjacentes às manifestações metafóricas e metonímicas e as suas inter-relações nas concepções de *escravo* em anúncios de comercialização e negociação de negros escravizados, no jornal “O Estadão”, do século XIX. Para isso, busca-se averiguar em que medida o contexto sociocultural em que esses anúncios foram produzidos interfere nas conceptualizações encontradas, pois é possível verificar que, na sociedade escravagista do Brasil colonial, os humanos escravizados eram vistos como objetos ou animais de menor valor econômico que um cavalo. Cabe salientar, ainda, que o estudo da Perspectivação Conceptual é uma abordagem viável para análise e mapeamento de domínios e modelos culturais subjacentes à produção comunicativa.

**Palavras-chave:**

Conceptualização. Escravo. Perspectivação.

## ABSTRACT

This article discusses the theoretical apparatus that frames the understanding about Conceptualization and Perspectivation, as approached by George Lakoff (LAKOFF; JOHNSON (1980), Lakoff (1987), Langacker (1987, 2008), Talmy (1988, 2000), Silva (2008), Croft (2012), among other researchers in Cognitive Linguistics. This research is an excerpt of the Master's qualification, whose dissertation is in writing. It is a qualitative study, which aims to map the conceptual domains underlying metaphorical and metonymic manifestations and their interrelationships in slave concepts in advertisements of commercialization and negotiation of enslaved blacks in the newspaper “O Estadão”, from the nineteenth century. For that, this paper aims to find out what extent the socio-cultural context in which these ads were produced interferes with the conceptualizations found, as it is possible to verify that, in slave society in colonial Brazil, enslaved humans were seen as objects or animals of less economic value than a horse. It should also be noted that the study of Perspectivation Conceptual is a viable approach for analyzing and mapping domains and cultural models underlying communicative production.

**Keywords:**  
**Conceptualization. Slave. Perspectivation.**

## **1. Considerações Iniciais**

Abordar a Linguística Cognitiva (doravante LC) é, indiscutivelmente, versar sobre uma abordagem que atribui à linguagem uma característica perspectivada para o conhecimento, vinculada à experiência humana de estar no mundo. Vale salientar que a LC surge na década de 80, contrária ao pensamento formalista que imperava à época, e se estabelece em um movimento de investigação amplo, que engloba e partilha inúmeras expressões teóricas de caráter empirista, integrador e conceptualista do significado, com vistas a estudar o fenômeno da linguagem humana não mais como algo autônomo, mas como a expressão do pensamento corporificado que perpassa os mecanismos de processamento cognitivo e da experiência cultural, social e individual. Nesta direção, Silva (2015) afirma que

[...] também estas perspectivas funcionalistas, mais umas do que outras partilham da ideia fundamental da Linguística Cognitiva: a de que a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado), se fundamenta em processos cognitivos, sóciointeracionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interação e da experiência individual, social e cultural. (SILVA, 2015, p. 2)

Diante desse cenário, é imperativo dizer que nos últimos trinta anos, a LC, ao lado das ciências cognitivas, tem ganhado destaque e dado lastro para inúmeras pesquisas e metodologias, principalmente em termos multidisciplinares. Portanto, percebe-se que ainda há muito o que se pesquisar, desvendar e contribuir com a sociedade através de sua agenda que, de forma alguma, não se esgotou naquilo que se entende como especial interesse da Linguística Cognitiva: a interrelação entre a linguagem, o pensamento, o corpo, a experiência e a sociedade.

No que diz respeito à experiência, Croft (2012) aduz que ela se refere “(...) a algum aspecto do mundo real, ou de forma mais precisa, à apreensão humana desse aspecto”<sup>1</sup> (CROFT, 2012, p. 13. Tradução nossa). Nesse sentido, Gonçalves-Segundo (2017) compreende que essa apreensão humana envolve a atividade dinâmica de funções corpóreas de

---

<sup>1</sup> Tradução do original: (...) to some aspect of the real world, or more precisely, to the human apprehension of that aspect. (CROFT, 2012, p. 13).

caráter bioquímico, neurológico e sensorio-motor, que emergem da interação do corpo vivo com o mundo físico e material, social e cultural; é dessa relação, não simples mas complexa, da qual, segundo ele, emergem padrões de ação corporificada que criam, mantêm e sustentam o conhecimento e a capacidade de significação do ser humano (GONÇALVES-SEGUNDO, 2017, p. 73).

Partindo dessa afirmação, é possível refletir acerca da noção de significado, perspectivação conceptual e conceptualização. Para Costa e Oliveira (2017), o significado é conceptualização associada a uma expressão linguística; todavia não se pode afirmar que significado é conceito, porque Langacker (2013) advoga que a natureza do conceito é estática. A conceptualização, por sua vez, abrange qualquer tipo de experiência mental, cujo fundamento se assenta na realidade física integrada ao cérebro, ao corpo e, conseqüentemente, ao mundo. Em suma, o significado é uma construção cognitiva e dinâmica, por isso, revela um ato de engajamento no mundo, apreendido ou experienciado a partir da interação humana com o universo que o cerca, num processo de produção e reprodução, dando vida ao que se denomina conceptualização (COSTA E OLIVEIRA, 2017, p. 22).

Segundo Langacker (1987), a perspectivação conceptual, termo também conhecido como *construal*, surge das relações sociais, quando os agentes da atividade comunicativa estabelecem uma negociação ativa, quando os interlocutores lançam mão da capacidade de organizar os conteúdos de maneira alternativa. Segundo o mesmo autor, essa perspectivação é a estruturação semântica da experiência materializada no enunciado, portanto, uma entidade convencional do significado. Para além disso, é importante apontar que do aspecto perspectivista da linguagem emerge a relação sistemática entre os usuários da língua (conceptualizadores) e a cena a ser vista (aparato conceptualizado) (LANGACKER, 1987, p. 487-8).

Nesse arcabouço, portanto, entende-se que as unidades comunicacionais refletem não somente o conteúdo conceptual expresso nas construções linguísticas, como algo transparente, mas também o conhecimento enciclopédico e conjecturas de perspectivas multimodais que subjazem o mesmo objeto de análise. Essa capacidade de perceber as concepções na profundidade das estruturas se dá em função das forças advindas da pressão contextual que se ancora nos aspectos socioculturais, que motivam operações mentais para a produção dos termos denominativos ou conceituais.

Em princípio, de acordo com Gonçalves-Segundo (2017), reverberando Croft (2012), há inúmeras perspectivas conceptuais alternativas que se pode direcionar para uma experiência, de forma que o falante deve escolher qual delas será usual para a sua formulação, o que depende do contexto. Contudo, o autor ainda ressalva que Croft (2012) vai mais além das suas considerações e pontua que a questão não é tão simples assim e que não resulta, tão somente, de um processo de simples escolha, mas de outros fatores mais complexos assujeitados à efervescência sociocultural do enunciadores e interlocutores.

Partindo da apresentação inicial, é importante salientar que o presente trabalho é parte de um projeto maior que se encontra em desenvolvimento, no qual se propõe um estudo sobre as conceptualizações do item lexical *escravo* nos anúncios do jornal “O Estadão”, no século XIX. No que tange ao caráter desta pesquisa, pode-se dizer que se insere no escopo de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa de cunho exploratório. No tocante à noção de significado como conceptualização, e da noção em torno da perspectiva conceptual, tem-se como objetivo discutir o aparato teórico que emoldura a compreensão acerca da conceptualização e perspectivação, tal como abordam George Lakoffe Mark Johnson (1980), Lakoff (1987), Langacker (1987, 2008), Talmy (1988, 2000), Silva (2008), Croft (2012), dentre outros.

Busca-se, portanto, com o estudo aqui apresentado, verificar quais as evidências perspectivistas emergem das expressões linguísticas que constroem os enunciados detrésanúncios de venda e captura de negros escravizados, no jornal “O Estadão”, do século XIX. Além de averiguar se, em sendo uma realização cognitiva de natureza contextual, é possível aplicar as concepções da perspectivação conceptual na análise do suporte que carrega esses anúncios e, também, como as conceptualizações em relação ao homem e à mulher escravizada se manifestam no contexto sociocultural em que esses anúncios foram produzidos, além de mapear quais domínios também emergem a partir da aplicação do aparato teórico da perspectivação conceptual.

## **2. A Sociedade Escravagista do Século XIX**

O Brasil vivenciou longos anos de atividade escravagista que, sem dúvida, abriu profundas feridas na sociedade e, mesmo quando remediadas, elas deixaram marcas muitas vezes incompreensíveis, que conferem à cultura, à história, à sociedade brasileira uma realidade de mazelas e

subjugação, até o momento, não superadas.

Diante dos vários estudos levantados pela Ciência sobre a história do Brasil, sobretudo no que concerne à escravidão, a historiografia demonstra que existem muitas particularidades na forma como o processo de escravidão de negros se deu em terras brasileiras comparadas, por exemplo, com o processo escravagista nos países da América Central e América do Norte. Entretanto, vale notar que, tanto aqui como além-mar, a escravidão de africanos foi introduzida com o objetivo de aumentar a produção de riquezas. Porém, no desenrolar desse processo, foram tomados diferentes caminhos, principalmente, quando começou o surgimento de leis para “favorecer” os escravizados ou persegui-los (DRESCHER, 2010).

Precisamente, foi a partir do século XVI que o tráfico de africanos para o Brasil tornou-se um negócio altamente lucrativo para comerciantes dos dois lados do Atlântico. Primeiramente, o tráfico era realizado por comerciantes portugueses, que foram sendo substituídos por brasileiros até que, no século XVIII, estes passaram a ter o domínio sobre os negócios do tráfico. Estima-se que cerca de onze milhões de africanos foram trazidos às Américas, na condição de cativos, entre os séculos XVI e XIX. Some-se ao número de onze milhões aqueles que não conseguiram aportar e morreram em alto-mar por circunstâncias de pestes, por assassinato ou por causa da fome, pois, para que coubesse mais carga humana, era necessário diminuir a carga de mantimento. Porém, mesmo submetidos a situações tão adversas, mais de um terço desses africanos aportaram no Brasil, precisamente, cerca de quatro milhões de africanos feitos escravos desembarcaram na colônia portuguesa (AMARAL, 2010, p. 11).

Ao chegarem em terra, os escravizados eram demarcados e entregues aos seus senhores, quando não, eram levados para os mercados públicos para que fossem comercializados. Esse processo atingia homens, mulheres e crianças, e essas últimas, no processo de compra e venda, eram separadas dos seus pais. Tal situação criava uma ferida sociocultural e uma ruptura identitária, no sentido de que esses indivíduos passaram a não ter noção de quem seriam daquele momento em diante. Seus nomes eram trocados, sobrenomes inventados, suas culturas<sup>2</sup>desconsideradas, suas línguas assassinadas.

---

<sup>2</sup> A palavra está escrita no plural porque os escravizados não vieram de uma única região da África, sendo, portanto, um agrupamento multicultural.

Segundo Amaral (2010), nos portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente, os africanos escravizados eram distribuídos para as diferentes localidades, a fim de realizar todo tipo de trabalho. Começaram trabalhando no litoral, no corte do pau-brasil e, posteriormente, no trabalho em engenhos de cana-de-açúcar. Depois, foram levados para o interior do território e regiões longínquas para trabalhar na mineração, na criação de gado, no cultivo de cacau, nas charqueadas, na exploração das “drogas do sertão”. Trabalhavam também no serviço doméstico, nas construções públicas de todos os tipos e no comércio de gêneros alimentícios.

Segundo Amaral (2010), o processo de coisificação daqueles negros escravizados seguia a mesma visão romana, a escravidão seguia o ventre, isso quer dizer que filhos de escravas nasciam escravos, e o aristocrata possuía, pela força da lei, o total direito e poder sobre os filhos daqueles que estavam sob o seu poderio. A coisificação jurídica do escravizado fazia parte de uma estratégia de dominação que buscava desumanizar os escravizados e que, ao mesmo tempo em que os destituía de todos os direitos, criava uma ideologia de subalternidade, segundo a qual eles seriam incapazes de refletir e contestar a própria condição (AMARAL, 2010 p. 13).

Segundo Rodrigues (2009, p. 300), em 1850, no entanto, com o objetivo de acabar com o tráfico de negros para o Brasil, foi assinada a Lei Eusébio de Queiróz. Nesse, sentido, os historiadores afirmam que o período de 1850 “reuniu as condições que teriam permitido finalizar o tráfico.” Todavia, afirma-se não haver consenso entre os estudiosos sobre quais condições seriam essas, porém Emília Viotti, em seu livro *Da Monarquia a República* elenca algumas delas:

O empolgamento da questão pelo jogo político partidário, a pressão britânica, o recrudescimento da vigilância nos mares pela marinha inglesa, o fato de setores extensos estarem mais ou menos abastecidos de escravos criaram as condições que serviram de base para que se resolvessem definitivamente a questão do tráfico. (VIOTTI,1999)

Embora houvesse extinguido o tráfico transatlântico de negros, dentro do Brasil, imperava o tráfico entre regiões do país, e a atuação mercadológica seguia a todo vapor; negros escravizados continuavam sendo vendidos, comprados, alugados, capturados ou, até mesmo, emprestados. Essas práticas eram sistematicamente sustentadas e aprovadas pelas estruturas da sociedade, a saber, igreja, escola, aparato judicial, go-

vernamental, militar. Tal estrutura é denominada por Louis Althusser<sup>3</sup> (1970) como os Aparelhos Ideológicos de Estado que, nomenorinstância da sua concepção, se prestavam, para além de sua função socioideológica, também oprimir aqueles que constituíam a base da grande estrutura.

A prática de comercialização das mercadorias vivas ganhou nova roupagem, quando a Corte Portuguesa estabeleceu-se na colônia, em 1808. Inúmeros jornais com posicionamentos surgiram com foco em conquistar leitores e atender às necessidades da aristocracia. Essas necessidades perpassavam pelo comércio de mercadorias e pelos anúncios de prestação de serviços. Foi com esse novo suporte que os senhores passaram a divulgar suas mercadorias humanas nas páginas dos jornais.

Todavia, foi com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que a comercialização de escravos decaiu vertiginosamente, é claro, pela força dessa lei. Porém, surgiram outras formas de escravização, as quais submetiam a população negra, mesmo alforriada, a situações de subjugação, em troca de comida e bebida, muitas vezes. Uma vez que, mesmo legalmente livres, não lhes foram dadas condições de trabalho e de sobrevivência para que saíssem da subalternidade e, até de marginalização a que sempre estiveram submetidos.

### 3. “O Estadão” na Sociedade Escravista do Século XIX

Foi em meio à efervescência sociocultural da escravidão que nasceu o jornal *A Província de São Paulo*, hoje, conhecido e comercializado como *O Estado de São Paulo* ou simplesmente “O Estadão”. Surgiu ainda no período monárquico brasileiro, precisamente em 04 de janeiro de 1875 e trouxe em sua ideologia o combate à monarquia e à escravidão. Portanto, era uma mídia opositora ao sistema governamental da época, cujos valores atendiam à bandeira republicana. Segundo os seus fundadores<sup>4</sup>, a intenção era criar um diário de notícias que deveriam ir de encon-

---

<sup>3</sup> Althusser (1970) afirma que toda formação social releva um modo de produção dominante. Os processos de produção deste modo de produção dominante põem em movimento as forças produtivas (a força de trabalho e os meios de produção) e as relações de produção definidas por este modo de produção (como a relação de trabalho *específica do capitalismo* atual expressa na Consolidação das Leis do Trabalho).

<sup>4</sup> Segundo a narrativa histórica publicada pelo próprio Estado de São Paulo, esses fundadores, cujos nomes não foram apresentados, formavam um grupo liderado por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense.

tro às práticas escravagistas, muito embora, o surpreendente é que, em suas folhas de anúncios, era possível encontrar publicidades que se prestavam à compra e venda, ao aluguel, captura e empréstimos de escravos como mercadorias humanas.

Sua tiragem inicial era de 2.000 exemplares, bastante significativa para a população da cidade de São Paulo, estimada em 31 mil. Pode-se dizer que, a partir de então, o jornal foi crescendo com a cidade e influenciando cada vez mais a evolução política do país, com a enorme responsabilidade de ser o principal veículo da mais republicana das cidades brasileiras. No início de 1888, meses antes da proclamação da República, Euclides da Cunha, um jovem redator republicano expulso do Exército passa a colaborar com “O Estado”, sob o pseudônimo de Proudhon. Nesse mesmo ano, “A Província” atingia a marca de 4.000 assinantes. Em janeiro de 1890, já com o nome de “O Estado de S. Paulo”, a tiragem havia dobrado: 8 mil. Em 1896, a tiragem não consegue ultrapassar os dez mil exemplares, não por falta de novos leitores, mas devido às limitações do equipamento gráfico. Porém, uma nova máquina é adquirida e a tiragem pula para 18 mil exemplares durante a campanha de Canudos, quando eram ansiosamente aguardadas as reportagens enviadas por Euclides da Cunha através do telégrafo.

De 1875 até os dias hodiernos, percebe-se que “O Estadão” investiu em tecnologias e em recursos humanos, a fim de tornar-se uma das mídias mais lidas em território brasileiro. Seu editorial vivenciou e noticiou muitos acontecimentos históricos, como a assinatura da Lei Áurea, a queda da monarquia, a Proclamação da República, o avanço econômico por plantações, revoluções industriais e tecnológicas; sofreu com a ditadura, lutou contra os excessos dos militares, testemunhou a queda da opressão e a ascensão da nova democracia; viu o surgimento e o avanço da tecnologia informatizada, e a ela se rendeu. Sua tiragem, atualmente, conta com o aparato impresso e online, em plataforma web, disponibilizando todo seu acervo digitalizado, da primeira tiragem até hoje, o que atende à necessidade do consumidor mais conservador ao mais informatizado.

#### ***4. Itinerários: Destrinchando a Perspectivação Conceptual***

Segundo Silva e Batoreó (2010), afirmar que o significado é conceptualização se trata de um dos princípios essenciais da Linguística Cognitiva. Ademais, um processo de conceptualização consiste numa de-

terminada perspectivação do conceptualizador relativo a uma entidade ou situação. Isso quer dizer que o sujeito conceptualizador é uma peça importante no jogo da significação, não podendo deixar somente ao encargo da conceptualização [autônoma] de uma expressão lexical ou gramatical. Para além disso, como afirmam os autores, noções como perspectiva, ponto de vista ou subjetividade mostram-se, assim, perfeitamente adequadas para a descrição e explicação do significado linguístico.

Diferentemente do pensamento saussureano que propôs as diferenças entre as línguas por meio de conceito de valor, a LC vai designar que há diferenças de interpretação, até mesmo entre as pessoas que falam a mesma língua, porque a interpretação está intimamente ligada com a experiência de vida de cada indivíduo, além dos aspectos culturais; haverá sempre modo e modos alternativos de conceptualizar determinada situação através da perspectivação conceptual (SILVA; BATOREÓ, 2010, p. 233).

Antes de qualquer coisa, é importante afirmar que todo enunciado apresenta uma perspectivação conceptual, pois é simultaneamente o resultado do processo de conceptualização autoral e fonte de reconceptualização por parte do ouvinte/leitor. Não obstante, vale salientar que são vários e diferentes os processos que permitem conceptualizar determinada situação de perspectivas alternativas, essa capacidade de perspectivação conceptual é, pois, um fenômeno multifacetado e multidimensional. É, dessa forma, em Langacker (1987) e Talmy (2000a, b), que a LC tem proposto classificações das operações de perspectivação conceptual, entretanto, é preciso articular sistematicamente as diferentes propostas de classificação (SILVA, 2008, p. 4).

Com foco no produtor textual, a perspectivação conceptual consiste na estruturação semântica de uma experiência, materializada em enunciados concretos, resultado de uma atividade de conceptualização que é possível graças ao funcionamento cognitivo que surge do seu corporeamento, que inclui tanto fatores biológicos quanto fatores sócio-histórico-culturais. Para o consumidor textual, entretanto, a perspectivação conceptual apresenta pistas referenciais e relacionais materializadas no enunciado, as quais possibilitam um modo alternativo para a estruturação semântica da realidade. Essa semântica, por sua vez, possibilitará a ativação de uma rede complexa de conceitos e categorias, que se associam a experiências multimodais corporeadas e simuladas de introspecção, ação e emoção (GONÇALVES-SEGUNDO, 2017, p. 78).

Segundo Silva (2008), falar implica sempre uma escolha, como também considera Langacker (1991)<sup>5</sup>, quando afirma que

[...] um falante que cuidadosamente observa a distribuição parcial de certas estrelas pode descrevê-las então em modos muito distintos: como uma constelação, como um agrupamento de estrelas, como pontos de luz no céu, etc. Tais expressões são semanticamente distintas; elas refletem construals alternados da cena pelo falante, cada um compatível com suas propriedades objetivamente dadas. (LANGACKER, 1991, p. 61- Tradução nossa)

Baseando-se nisso, é possível perceber que tanto o falante quanto o ouvinte, ao se virem diante do mesmo evento, dependendo das dimensões subjetivas impostas, podem perspectivar esse evento com leituras similares ou discrepantes. Percebe-se, ainda, que no mesmo fenômeno, as expressões são semanticamente diferentes, na medida em que refletem diferentes conceptualizações.

Segundo Rocha (2013, p. 317), Langacker (1987) apontou termos ao objeto de apreciação, separando em três operações básicas de perspectiva conceptual:

- (i) Seleção (Proeminência a partir do trabalho de 2007): segundo a qual o conceptualizador seletivamente observa uma faceta da conceptualização em detrimento de outras. Por isso, ele se licencia a privilegiar ora a faceta fictiva do fenômeno, ora seu correspondente factivo;
- (ii) perspectiva: posição a partir da qual o fenômeno é visto, considerando seus subtipos: (a) Figura e Fundo (tomada como outra parte da Proeminência no trabalho de 2007, (b) Ponto de Vista, (c) Dêixis, (d) Objetividade e Subjetividade. Assim, a compreensão depende do ponto (no tempo e espaço) de onde uma situação é vista no decorrer do fluxo discursivo (Ponto de Vista), de pistas linguísticas contextuais e contextuais no relevo do fenômeno e de seu caráter objetivo ou subjetivo; e
- (iii) abstração (Especificidade a partir do trabalho de 2007): ao notar o que há de comum entre as instâncias, o conceptualizador abstrai-se das diferenças e propõe uma categoria; no caso fictivo e factivo, há

---

<sup>5</sup> Traduzido do original: A speaker who accurately observes the spatial distribution of certain stars can describe them in many distinct fashions: as a constellation, as a cluster of stars, as specks of light in the sky, etc. Such expressions are semantically distinct; they reflect the speaker's alternate construals of the scene, each compatible with its objectively given properties.

similaridades formais e de significado que podem ser abstraídas como autocitação, que, por sua vez, já é um subtipo de categoria do discurso direto, um dos possíveis moldes de discurso reportado, como o discurso indireto, o indireto livre e a perspectiva implícita.

Uma quarta classificação é adicionada em Langacker (2007), a Dinamicidade, que se relaciona aos desdobramentos da conceptualização por meio do tempo, entendida como processo, não como tempo concebido. Porém, Langacker, nos trabalhos desenvolvidos em 2007 e 2008, substitui a sua classificação inicial tripartida por uma quadripartida: a) Especificidade; b) Proeminência; c) Perspectiva; d) Dinamicidade.

Mediante os esforços de Langacker (2007) e Talmy (2000), outras importantes operações nas suas classificações ficaram de fora: a metáfora e a metonímia. Ambas são importantes operações de perspectivação conceptual e têm sido estudadas largamente dentro da Linguística Cognitiva, especificamente nos trabalhos de Lakoffe Johnson (1980, 1999), e muitos outros. Diante disso, Silva (2008) aponta que Croft e Cruse (2004) buscam uma articulação entre as classificações de Langacker (2007) e Talmy (2000), acrescentando a metáfora, a metonímia e os esquemas imagéticos como operações, sistematizando-os da seguinte forma: a) Espaço: em cima–em baixo, atrás–à frente, esquerda–direita, perto–longe, centro–periferia, contato; b) Escala: percurso; c) Contentor: contetor, dentro–fora, superfície, cheio–vazio, conteúdo; d) Força: balança, contra–força, compulsão, restrição, possibilitação; e) Unidade/Multiplicidade: mesclagem, coleção divisão, iteração, parte–todo, ligação; f) Identidade: correspondência, sobreposição; g) Existência: remoção, espaço delimitado, ciclo, processo.

As classificações apresentadas, segundo Silva (2008), são exaustivas, mas sugerem ideias importantes sobre a tentativa de classificar as operações de perspectivação conceptual, todavia, ele acrescenta que não se pode esperar uma classificação exaustiva e completa, uma vez que as operações podem surgir de vários e diferentes modos, podendo conter alguma arbitrariedade.

Sendo assim, Silva (2008) acrescenta que “a relação de perspectivação conceptual se estabelece entre o locutor e/ou interlocutor e a situação que ele conceptualiza e descreve e essa relação envolve ajustamentos focais e uma imagética convencional”. Portanto, algumas operações de perspectivação conceptual funcionam, sobretudo, em nível do objeto de conceptualização, ao passo que outras funcionam mais em nível do sujei-

to de conceptualização. Por fim, conclui-se que as operações constituem um componente essencial do conteúdo das expressões linguísticas e, portanto, da sua semântica (SILVA, 2008, p. 14, 24).

## 5. Costurando a Aplicação e Tecendo o Estudo

Do ponto de vista cognitivo, é preciso retomar a ideia de que a interrelação entre perspectivação conceptual e conceptualização é que sustenta e possibilita a produção e a interpretação. Nesse sentido, sem perder de vista o caráter da compreensão corpórea, a cognição é situada, orientada para a ação e distribuída no ambiente, enfatizando a multimodalidade da percepção, a ação, a introspecção, a afeição e a significação. Considerando esses pontos, seguem alguns resultados do estudo.

### 5.1. Perspectivação por “Por Ponto De Vista”

Figura 1 – Anúncios de animais e escravos<sup>6</sup>

<p><b>V</b>ENDE-SE um excelente cavallo marchador, proprio para montaria; para mais informações na estação dos Perus ou na rua Alegre n. 25. 3--2</p>	<p>Vende-se um excelente cavalo marchador, próprio para montaria; para mais informações na estação dos Perus ou na rua Alegre n. 25</p>
<p><b>Escravos</b> Vendem-se 18 de ambos os sexos, propios para serviço da lavoura; para ver e tratar na rua do Theatro n. 20. 6--2</p>	<p><b>Escravos</b> Vende-se 18 de ambos os sexos, propios para serviço da lavoura; para ver e tratar na rua do Theatro n. 20.</p>

Ao verificar os anúncios acima, percebe-se que tanto o anúncio de um animal (cavalo) quanto o anúncio de seres humanos escravizados estão situados na mesma linha de impressão ou, possivelmente, dispostos na mesma seção da folha de anúncios. No que tange ao entendimento da perspectivação conceptual, Langacker (1987) vai defender que a compreensão depende do ponto (no tempo e espaço) de onde uma situação é vista no decorrer do fluxo discursivo (Ponto de Vista), de pistas linguísticas co-textuais e contextuais no relevo do fenômeno e de seu caráter objetivo ou subjetivo.

Nesse sentido, aplicando os pressupostos defendidos por Langacker (1987), e seguindo as pistas linguísticas co-textuais e contextuais, os

<sup>6</sup> Fonte: Jornal “O Estado de São Paulo”, 1875.

interlocutores podem conceptualizar o negro escravizado como um animal, ativando o domínio-fonte CAVALO, apresentado pelo primeiro anúncio, e o domínio-alvo ESCRAVOS. Esse mapeamento de domínios é possível quando se verifica que ambos anúncios estão dispostos no mesmo ambiente da página. Dessa forma, amparado em Silva (2008), esse mapeamento cognitivo se dá porque uma das possibilidades da perspectivação conceptual é conceptualizar algo em relação à outra coisa. Entretanto, Croft (2012) pontua que esse processo conceptual não é tão simples assim e que não resulta, tão somente, de um processo de simples escolha, mas de outros fatores mais complexos assujeitados à efervescência sociocultural dos enunciadores e interlocutores.

## 5.2. *Perspectivação Por Metonímia*

Baseando-se em Paiva (2010), é importante afirmar que é inegável a interação entre a metáfora e a metonímia. Metonímias conceptuais são os vários tipos de metonímia que se baseiam em relações de contiguidade, de recursividade e, também, de ordem fractal<sup>7</sup>, tradicionalmente designada por continente pelo conteúdo; causa pelo efeito; instrumento pelo agente que o utiliza ou pela atividade com ele praticado; matéria pelo objeto fabricado dessa matéria; parte pelo todo; etc. (PAIVA, 2010, p. 14).

Relativamente aos fatores gerais que favorecem o processo metonímico, Taylor (2003, p. 90) introduz a noção de perspectivação, isto é, a possibilidade de perspectivar determinado componente de uma estrutura conceptual unitária em detrimento de outra(s) ou do todo.

No processo de análise dessa peça, será evidenciado que as metáforas resultam de um conjunto de relações metonímicas que vai estruturar os domínios fonte e alvo das possíveis metáforas. Para Goossens (2003), a metáfora emerge a partir da interação cumulativa relacionada à metonímia. Segundo ele, essa interação acontece porque subjacente à metáfora, há o entendimento de que os domínios podem ser unidos numa única

---

<sup>7</sup> Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, em seu artigo “A metonímia como processo fractal multimodal”, explica que a palavra fractal foi cunhada pelo matemático Mandelbrot (1982), a partir do adjetivo latino *fractus*, cujo verbo correspondente – frangere – significa quebrar, criar fragmentos irregulares. Ela afirma que os padrões da natureza são fragmentados e exibem diferentes níveis de complexidade. Nesse sentido, compreender a metonímia em termos da fractalidade é entender a sua alma: uma parte que contém o todo, pois ao ser acionada e descompactada se chega ao todo.

cena complexa, situação típica da formação metonímica. (GOOSSENS, 2003, p. 366).

Figura 2 – Anúncio para captura de negros furtados<sup>8</sup>

**Furtou-se.**  
9 Do Armazem de Elias Coelho Cintra, 3 negros novos, grandes, na noite do dia 20 do corrente, os sinais sobre-altos, nação Angolla, tem no peito esquerdo a marca E.; quem os descobrir ou souber dos ditos, terá 50,000 rs. de alviçaras.

Furtou-se.

9 Do Armazem de Elias Coelho Cintra, 3 negros novos, grandes, na noite do dia 20 do corrente, os sinais sobre-altos, nação Angolla, tem no peito esquerdo a marca E.; quem os descobrir ou souber dos ditos, terá 50,000 rs. De alviçaras.

A análise da peça mostra que o conjunto dos sintagmas, sistematicamente relacionados entre si, possibilita a criação da metáfora ESCRAVO É PRODUTO. É perceptível que, em sua composição, atuam dois domínios, PRODUTO e ESCRAVO, o primeiro sendo seu domínio fonte e o segundo seu domínio-alvo. Cada domínio é constituído de alguns elementos que podem ser acessados pela expressão linguística ou pelo conhecimento de mundo do agente conceptualizador.

Percebe-se, também, que há relações metonímicas na composição dessa metáfora, assim, acredita-se que a sua motivação se deu através de um conjunto de metonímias que foram produzidas pela relação dos elementos de cada domínio. Dessa forma, nos domínios PRODUTO e ESCRAVO, existem relações metonímicas PROPRIETÁRIO por PROPRIEDADE (de Elias Coelho Cintra), SÍMBOLO pela COISA SIMBOLIZADA (marca E), COR pela ENTIDADE (negros), LUGAR por ENTIDADE (armazém), LUGAR DE ORIGEM por/pela PERSONAGEM/ENTIDADE (Angolla), ABSTRATO pelo CONCRETO (novos, grandes). Todavia, encontra-se, somente no domínio ESCRAVO a metonímia ETNIA pelo AGENTE (negros).

Para além desses aspectos, é possível perceber que, pelo processo de perspectivação conceptual, considerando o conhecimento de mundo do locutor e do interlocutor, e as experiências envolvidas para o domínio do contexto, a metáfora ESCRAVO É PRODUTO é mapeada também sob o forte apelo assentado na expressão 50,000 rs., que designa o valor monetário inerente à mercadoria furtada; além de, indiscutivelmente, embora de forma arbitrária, é imperioso inferir que somente objetos,

<sup>8</sup> Fonte: Jornal “O Estado de São Paulo”, 1875.

mercadorias e produtos são guardados em armazém, porém, naquela sociedade a experiência concebia ou aceitava que humanos escravizados também fossem armazenados. Logo, a relação dos sintagmas *armazém, negros (cor), novos, grandes, marca E, Angolla (origem), 50,000 rs., Elias Coelho Cintra (proprietário)*, possibilita concluir que aquilo que foi furtado era propriedade, estava sob a posse de alguém, portanto, era um objeto.

Ademais, é possível afirmar que metáforas podem ser motivadas pelo conjunto de metonímias que, relacionadas, podem caracterizar o seu domíniofonte e o domínio alvo. Assim, o processo de perspectivização conceptual contribui para que a percepção do interlocutor, permeada pela sua experiência e conhecimento de mundo, signifique de forma arbitrária, porém coerente, o discurso que lhe é oferecido para consumo.

## **6. Considerações finais**

Com base no que foi discutido neste estudo, é possível entender que, para a Linguística Cognitiva, o significado linguístico é um processo de conceptualização, e está intimamente relacionado à experiência, ao modo individual e social de perceber o mundo. É possível entender também que na linguagem operam fatores de perspectivização conceptuais e de ordem cognitiva, tal como argumentam Langacker (1987, 2008), Talmy (1988, 2000) e Croft (2012).

Em vista do que foi mostrado, é possível constatar ainda que a perspectivização conceptual pode variar de tantos modos, o que faz com que a sua classificação não se extinga, abrindo lacunas para outros entendimentos e posicionamentos epistemológicos, o que ocasiona essa situação é o caráter experiencialista que pode variar conforme a percepção humana. Ademais, infere-se que as operações de perspectivização conceptual interferem no conteúdo das expressões linguísticas e, portanto, na sua semântica (LANGACKER, 2007).

Foi objetivo deste texto discutir o aparato teórico que emoldura a compreensão acerca da perspectivização e conceptualização, além de analisar três anúncios do jornal “O Estadão”, do século XIX, que versam sobre a venda e captura de negros escravizados, o que possibilitou também discutir o processo histórico que tornou possível a sociedade colonialista brasileira tornar-se escravista, além de tecer um panorama acerca do meio de comunicação que dava suporte à divulgação desses anúncios.

Ao analisar os anúncios sob as diretrizes da perspectivização conceptual, foi possível perceber que a compreensão humana é de caráter perspectivista, sendo que o Ponto de Vista, a Abstração, e a Metonímia foram as classificações que emergiram mediante o estudo apresentado. Portanto, o emissor e interlocutor perspectivam o negro escravizado como animale como produto (objeto), no processo de produção dos anúncios, dos sintagmas que estruturam as expressões linguísticas, vinculadas à visão de mundo que flutuam no tempo e no espaço.

Ademais, os autores Langacker (1987, 2008), Talmy (1988, 2000) e Croft (2012) desenvolveram as suas pesquisas sobre perspectivização conceptual mirando somente elementos linguísticos, porém, foi possível verificar que, simplesmente pelo fato de o negro escravizado estar sendo anunciado em um gênero publicitário, esse indivíduo é perspectivado sistematicamente como um objeto, um produto.

Portanto, como sustentado por Langacker (1987), a compreensão acerca da perspectivização conceptual não chegou à sua exaustão, logo, é forçoso entender que existe uma campo vasto para exploração e para o desenvolvimento desta abordagem, no sentido de compreender-se com mais assertividade o funcionamento da linguagem dentro da sociedade que nela se manifesta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL. Sharyse Piroupo do. *A escravidão no Brasil*. Módulo 2 – História do Negro no Brasil Curso de Formação para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras (CEAO/UFBA), 2010.

COSTA, Emília Viottida. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CROFT, William; Allan Cruse. *Linguística Cognitiva*. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

DRESCHER. Seymour. *Abolição*. Trad. de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Unesp, 2010.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A relevância da noção de perspectivização conceptual (construal) no âmbito dos estudos do texto e do discurso: teoria e análise. *Letras*, Santa Maria, v. 27, n. 54, p. 69-100, jan./jun. 2017.

GOOSSENS, Louis. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralf. (Eds). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2003.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books. 1999.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press. 1980.

LANGACKER, Ronald W. *Essentials of cognitive grammar*. United States of America/New York: Oxford University Press. 2013.

LANGACKER, Ronald. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press. 2008.

LANGACKER, Ronald W. *Cognitive grammar*. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 421-62

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. *A metonímia como processo fractal multimodal. Veredas on-line – atemática*. Juiz de Fora: UFJF, 2010, p. 07-19

ROCHA. Luiz Fernando M. A perspectivação conceptual em autocitação factiva e fictiva. *Delta*, 2013.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: UNICAMP, 2009.

SILVA. Augusto Soares. *A linguística cognitiva uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*. Braga: Faculdade de Filosofia. 2015.

SILVA, Augusto Soares da. Perspectivação conceptual e gramatical. *Revista Portuguesa de Humanidades: estudos linguísticos*. Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, vol. 12-1, 2008. p. 17-44

SOUSA COSTA, Celiane; Barros de Oliveira, Marilúcia. *Terminologia e perspectivação: um estudo sincrónico dos termos utilizados no cultivo do cacau*. 2017.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. 2 volumes. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology. 2000.

\_\_\_\_\_. The relation of grammar to cognition. In: RUDZKA-OSTYN, Brygida (Ed.). *Topics in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1988a. p. 165-205

\_\_\_\_\_. *Force dynamics in language and cognition*. Cognitive Science 12, 1988b. p. 49-100

TAYLOR, John. Category extension by metonymy and metaphor. In: DIRVEN, René; PÖRING, Ralf. (Eds). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003.